

China, a dependência econômica brasileira e os impactos em seu desenvolvimento: uma análise a partir dos anos 1990*

Maria Luiza Silva Santos

Graduanda em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Uberlândia

Filipe Almeida do Prado Mendonça

Professor Doutor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal
de Uberlândia

Resumo: Este trabalho analisou a presença chinesa no Brasil e as consequências dela na dependência econômica brasileira. O período de foco é dos anos de 1990 a 2020, por ser o período em que as relações sino-brasileiras são consolidadas e a China assume papel importante na economia do Brasil. Para isso, o artigo foi desenvolvido com base em pesquisas já desenvolvidas sobre as relações econômicas de dependência do Brasil, relatórios de órgãos governamentais e análise de dados e indicadores. O trabalho verificou que a dependência brasileira é de caráter histórico e pode ser entendida à luz da Teoria Marxista da Dependência. Foi observado também que a presença da China no cenário econômico brasileiro é forte ao ponto de instaurar uma co-dependência como uma nação subcentral em relação ao Brasil. Por fim, foi demonstrado que para sair dessa dependência, o Brasil precisará investir muito em projetos de pesquisa e inovação, bem como em um plano de desenvolvimento factível para áreas que possam gerar vantagens competitivas ao país.

Palavras-chaves: Dependência Econômica; Investimentos Estrangeiros Diretos; Teoria Marxista da Dependência; Brasil; China.

China, the Brazilian economic dependence and the impacts on its development: an analysis from the 1990s

Abstract: This article analyzed the Chinese presence in Brazil and its consequences on Brazilian economic dependence. The period of focus is from the years 1990 to 2020, as it is the period in which Sino-Brazilian relations are consolidated and China assumes an important role in the Brazilian economy. For this goal, the article was developed based on existing research about the economic relations of dependence in Brazil, reports from governmental agencies and analysis of data and indicators. The paper results are that the Brazilian dependency has a historical nature and can be understood in the light of the Marxist Theory of Dependency. It was also observed that the presence of China in the Brazilian economic scenario is strong to the point of establishing a co-dependence as a subcentral nation in relation to Brazil. Finally, it was demonstrated that to deal with this dependency, Brazil will need to invest heavily in research and innovation projects, as well as in a feasible development plan for areas that can generate competitive advantages for the country.

Key Words: Economic Dependency; Foreign Direct Investments; Marxist Dependency Theory; Brazil; China.

*Artigo final de conclusão da Graduação em Relações Internacionais. Banca avaliadora: Prof. Dr. Edson Jose Neves Junior, Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (Orientador) e Profa. Dra. Marisa Silva Amaral. Defesa em: 29/06/2023.

1. INTRODUÇÃO

Assim como em diversos outros aspectos, o processo de internacionalização e desenvolvimento econômico de um país carrega em si traços que falam muito sobre a sua história. Com base nisso, por exemplo, torna-se possível analisar e entender o porquê da ampliação do setor privado para o âmbito internacional ocorrer de maneira diferente para cada país, mas com algumas semelhanças entre aqueles que exerceram a colonização e entre os que foram colonizados. Enquanto nações imperialistas, como Inglaterra e Estados Unidos, se utilizavam de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) para fortalecer sua posição de potência mundial e buscar a hegemonia, os Estados subdesenvolvidos que recebiam esse capital assumiram uma posição de dependência de tais investimentos para desenvolver sua economia. Além disso, a internacionalização através da expansão empresarial também ocorre por motivos e de formas diferentes nos dois casos.

No caso da conjuntura brasileira, a presença marcante de investimentos estrangeiros diretos fez com que a estrutura econômica do país fosse moldada de acordo com a entrada deste capital. O condicionamento da presença de IED para o desenvolvimento econômico afetou também o modo com que o país passaria pelo o processo de internacionalização. A expansão das multinacionais brasileiras foi marcada por uma história repleta de impasses e necessidade de superação e otimização de processos. (SANTOS; SPOSITO, 2012). Considerando que a abertura econômica realizada por Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, implementa um projeto de industrialização vinculado ao processo de abertura comercial e financeira pavimentou o terreno para a expansão brutal do agronegócio, suas ações foram redirecionar os IEDs para o agronegócio para fazer andar um projeto particular para o Brasil. Assim, sem focar nos ramos no qual os IEDs deveriam ser alocados para auxiliar o processo de industrialização brasileira, o Brasil foi impedido de competir no cenário doméstico com empresas estrangeiras produtoras de bens que necessitavam de maior nível de tecnologia. Assim, ao longo das décadas o país sofreu as consequências disso através da sua pauta de exportação de bens-primários, envolvendo também na questão a forma com que suas empresas iriam expandir para outros países.

Segundo teoria desenvolvida por Heenan e Keegan (1979, apud SANTOS; SPOSITO, 2012), as multinacionais de países do Terceiro Mundo se internacionalizam em três possíveis cenários econômicos, sendo eles: a) *países em desenvolvimentos ricos em recursos*: nos quais os investimentos externos são direcionados na maioria das vezes para negócios do mesmo setor a fim de garantir mercado para exportação de matérias-primas, como petrolíferas e mineradoras; b) *países de rápida industrialização e ricos em trabalho*: aqui se encaixam

países como os asiáticos que, apesar de ser limitado em recursos e ter um mercado doméstico pequeno, suas empresas passaram exportadoras para investidoras através de contratos de parcerias; e *c) países de rápida industrialização e ricos em mercado*: a expansão de suas empresas se deu através da habilidade desenvolvida por eles em manufaturas e trocas no mercado interno, ainda que sejam vastos em riquezas naturais.

Com base nisso, o Brasil se encaixa majoritariamente em duas categorias, sendo elas a de países em desenvolvimentos ricos em recursos e a de países de rápida industrialização e ricos em mercado. Na primeira categoria, tem-se por exemplo a empresa Vale que investe externamente em ramos relacionados à mineração para garantir mercado e clientes para adquirir seus produtores. Já a partir da segunda, é possível entender o porquê de algumas das multinacionais de referência do Brasil serem do ramo de frigorífico (JBS), mineradoras (Vale) ou do aço (Gerdau). Todas essas circunstâncias explicam em certa medida a formação da dependência brasileira e a forte presença de *commodities* nas exportações brasileiras. O problema principal que tem sido observado é que cada vez mais, esse tipo de produto ganha mais espaço na pauta de exportações do país.

Nas duas últimas décadas é possível observar um certo nível de estagnação e até mesmo de retrocesso nesse quesito. Durante a década de 1990, os *commodities* oscilavam na casa dos 40% no total de exportações do Brasil. A partir de 2007, esse número alcançou a casa dos 50% (NEGRONI E ALVARENGA, 2010). Uma vez que seu principal parceiro econômico – a China – necessita de matéria-prima para suprir suas demandas domésticas, a guia da pauta de exportações brasileira tem sido os *commodities*. Além disso, a presença de empresas e capital chineses no país aumentam também o nível de competição no mercado brasileiro, tanto com empresas nacionais quanto com empresas internacionais. Esse é um ponto para se atentar, pois ainda que o crescimento significativo das exportações de *commodities* tenha causado o aumento do valor desse tipo de produto brasileiro, a presença da China enquanto consumidor e concorrente tem feito com que o Brasil apresente taxas insignificantes em seu processo de desenvolvimento e industrialização (IPEA, 2011).

Colocando então em pauta o histórico brasileiro quanto a presença de IEDs e sua capacidade de alocação desses recursos de acordo com o que o país necessita para o momento, pode-se perceber que a dependência sempre esteve presente e assim permanece até os dias de hoje. Ainda assim, o Brasil se tornou capaz de assumir um papel relevante para outras economias emergentes na América Latina, através da escolha de onde colocar seus investimentos externos. Como era possível que um país com a economia em desenvolvimento e que necessitava de capital estrangeiro para impulsioná-lo fosse capaz de reproduzir o papel

de impulsionador de outras economias emergentes? De acordo com Marini (1966), o que aconteceu foi que o Estado brasileiro se tornou uma nação subimperialista a partir do apoio proporcionado pelos Estados Unidos.

Desta forma, este artigo busca averiguar e responder o seguinte problema: como a presença chinesa afeta a dependência econômica brasileira e impactou em seu processo de desenvolvimento a partir dos anos 1990? Analisando as três décadas a partir de 1990, o trabalho irá apresentar a formação dessa dependência sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência, as causas, efeitos e as perspectivas futuras. Além disso, também tem-se como objetivo analisar como a presença da China tem impactado o desenvolvimento do Brasil, especialmente na última década. A hipótese sustentada aqui é de que essa dependência brasileira é de caráter histórico, se inicia por fatores estruturais do capitalismo e da divisão entre periferia e centro e é, em certo grau, mantida pelos países centrais através dos IEDs. As consequências dessa situação afetam também o desenrolar de projetos nacionais para o desenvolvimento do Brasil, bem como à sua pauta de exportações que tem sido guiada majoritariamente por bens primários. O problema fica ainda mais complexo quando se observa as movimentações do país rumo à uma co-dependência de outra nação em desenvolvimento, que nesse caso é a China.

Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar a influência da China sobre a economia brasileira e a transformação dessa relação ao longo dos anos, bem como seus impactos. Para isso, o artigo está dividido em mais quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A seção 2 descreve os fluxos de entrada e saída do Brasil nas décadas de 1990, a fim de observar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, bem como os principais atores envolvidos. A seção 3 se dedica a detalhar a presença da China na economia brasileira, seu crescimento e desenrolar nos últimos anos, a influência desempenhada por ela em aspectos como a co-dependência e sua participação nos IEDs, importações e exportações do Brasil. Por sua vez, a seção 4 apresenta os conceitos da Teoria Marxista da Dependência para que se entenda melhor a situação do Brasil, a co-dependência de subcentros e o subimperialismo. Por fim, a seção 5 elucida a situação geral do país e se será possível superar tal dependência. Para atingir tal intuito, o artigo foi baseado em pesquisas já desenvolvidas sobre as relações econômicas de dependência do Brasil, relatórios de órgãos governamentais e análise de dados e indicadores.

2. OS FLUXOS DE ENTRADA DE IEDS NO BRASIL

A primeira vez em que o Brasil ganhou destaque como receptor de IEDs foi durante a década de 1990. A estabilidade econômica trazida pela instauração do Plano Real, em 1994, colocou o Brasil na mira de países desenvolvidos que buscavam economias emergentes para investir, pois reduziu drasticamente a inflação, fator que gerava incertezas para se investir no mercado brasileiro. (LACERDA E OLIVEIRA, 2009). A década de 1980, que precedeu um *boom* nos fluxos de IEDs no Brasil, ficou marcada pelo baixo nível de crescimento do país e pela estagnação no desenvolvimento econômico. É certo que esses anos conhecidos como “a década perdida” não tiveram resultados negativos apenas no Brasil, porém foi a partir daí que se viu ser necessário repensar as estratégias de desenvolvimento com base em teorias que pregavam o livre comércio. Nessa época, empresas transnacionais já atuavam aqui, mas a sua participação na produção geral da nação não era de tanta significância quando comparada à produção da indústria de transformação (LACERDA, 2003). Dessa forma, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi marcado pela acentuação de políticas neoliberais que, juntamente aos outros fatores citados, incentivaram a entrada de IEDs. Além das medidas que visavam a diminuição de barreiras à entrada de capital, FHC também instaurou uma política firme em relação à privatização de estatais.

A onda liberal repercutiu por toda a América Latina e, a partir das mudanças instauradas, o Brasil experienciou um fluxo inédito de entrada de IEDs. A mudança do modelo de desenvolvimento representou um crescimento no nível de competitividade das empresas que atuavam aqui (SILVA, 2009). A facilitação quase repentina da entrada de capital estrangeiro por meio de investimentos e multinacionais significava uma competição na qual as empresas brasileiras não tinham vantagens, pois elas não tiveram tempo suficiente para se ajustar aos novos concorrentes mais capacitados e avançados que vinham do cenário internacional. O Brasil migrou do modelo de substituição de importações para o de integração competitiva, no qual as empresas que se encaixassem nos moldes estabelecidos para se equiparar às empresas internacionais em pontos como nível de qualificação de mão-de-obra e tecnologia, receberiam financiamento disponibilizado pelo governo (LACERDA, 2003).

Os resultados das políticas liberais foram positivos no sentido de atrair os fluxos para o Brasil. Nos primeiros anos da década de 1990, os principais destinos para IEDs na América Latina eram o México e a Argentina, mas, a partir de 1996, o Brasil surge em disparada em relação a esses números, principalmente por causa da estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real (SILVA, 2009). A tabela 1 apresenta um comparativo do fluxo de IED dos principais receptores da América Latina, sendo possível observar a evolução significativa dos

números do Brasil. Na tabela 2, fica evidenciado o crescimento da participação brasileira como destino de IEDs no mundo, chegando a representar 1,6% do valor total, em 2005.

Tabela 1: Fluxo de IED em países selecionados da América Latina (US\$ milhões)

	1990-1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Argentina	3.458	6.951	9.161	7.292	23.986	10.418	2.166	2.149	1.652	4.124	5.265	5.037
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	8.760	4.860	4.199	2.549	4.307	7.127	6.936	7.358
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731	15.129	11.372	16.601	20.960	19.211
IED Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457	16.590	10.144	18.165	15.067	18.872

Fonte: SILVA, L. F. C. da. 2009. p. 84.

*Média Anual.

Tabela 2: Comparação do fluxo do IED na economia brasileira

	1990-1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
IED Brasil (US\$ milhões)	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457	16.590	10.142	18.165	15.067
Participação no total (%)											
América Latina	9	20,4	25,6	35,1	26,1	34,4	26,3	35,3	25,9	32,2	26,7
Mundo	0,9	2,8	4	4,2	2,6	2,2	3,1	2,5	2	3	1,6

Fonte: SILVA, L. F. C. da. 2009. p. 85.

*Média Anual.

Outro fator que influenciou muito no crescimento dos IEDs no Brasil, como já mencionado, foi a intensa privatização de estatais proporcionada pelo governo de FHC, de 1995-1998. De 1996 para 1997, o valor dos investimentos destinados à compra de empresas privatizadas praticamente dobrou, saindo de US\$2,3 milhões para US\$5,2 milhões, representando cerca de 27% do total de IEDs que entraram no país, como é possível observar abaixo:

Tabela 3: Fluxo do IED na privatização brasileira: 1995-2003 - em milhões – US\$

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ingresso de IED	4.313	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457	16.590	10.142
Privatizações	0,0	2.345	5.249	6.120	8.785	7.050	1.077	280,0	0,0

Fonte: SILVA, L. F. C. da. 2009. p. 86.

A entrada desse grande volume de capital foi interessante para o crescimento e inserção internacional. Porém, observou-se que as políticas de FHC para IDEs não apresentavam preocupações com a qualidade destes investimentos, além de não ser capaz de direcionar estes fluxos para áreas prioritárias de uma economia que buscavam fazer frente às empresas internacionais. Em outras palavras, não havia intervenção governamental para estabelecer priorização de investimentos em setores estratégicos para o desenvolvimento, como a indústria, visto que um volume notavelmente maior foi acoplado nos setores de serviço (SILVA, 2009). A tabela 4 apresenta o direcionamento por setor dos investimentos,

evidenciando que, no acumulado, os setores de serviços concentraram mais da metade desse capital.

Tabela 4: - Estoque do Fluxo de IED por setor de atividade no Brasil

Setores	Estoques até	Fluxo Acumulado	Setores	Estoques até	Fluxo Acumulado
	1995*	1996-2000		1995*	1996-2000
	Em %	Em %		Em %	Em %
Agricultura e Ind.			Serviços	43,4	80,6
Extrativa	1,6	1,7	Eletricidade, gás, água.	0	13
Indústria	55	18	Construção	0,5	0,5
Alimentos e bebidas	5,5	2,7	Comércio atacadista	5	4,3
Fumo	1,7	0,4	Comércio varejista	1,6	3,2
Têxteis	1,2	0,3	Correio e telecomunicações	0,5	21,9
Vestuários e acessórios	0,2	0	Intermediações		
Artigos de couro e calçados	1	0	Finanças	3	15,3
Madeira	0,1	0,1	Seguros e Previdência		
Papel e celulose	3,3	0	Privada	0,4	1,1
			Atividades Imobiliárias	2,5	0,2
Edição e impressão	0,3	0,1	Serviços prestados por		
Petroquímica e álcool	0	0	Empresas	26,9	17,1
Produtos Químicos	11,2	3,2	Atividades de Informática	0,3	1,6
Borracha e plástico	3,1	0,6	Outros	2,7	2,4
Minerais não metálicos	1,9	0,8			
Metalurgia básica	6	0,5			
Produtos de metal	1,4	0,2			
Máquinas e equipamentos	4,9	1,2			
Equip. informática	1	0,7			
Equip. elétricos	2,6	0,7			
Equip. comunicações	1,4	1,4			
Instrumentos de precisão	0,4	0,1			
Automobilística	6,7	4,2			
Outros equip. transportes	0,5	0,3			
Móveis	0,7	0,1			
Reciclagem	0	0			
			TOTAL	100	100
				42.530	103.688

Fonte: SILVA, L. F. C. da. 2009. p. 87.

*Acumulado até 1995.

A ausência de foco nos setores industriais colaborou para que o país permanecesse sendo primário-exportador, ao passo que as importações cresciam devido à flexibilização e abertura comercial. Havia desequilíbrio na balança comercial uma vez que, além de não conseguir suprir as demandas domésticas frente às crescentes importações, o Brasil também não exportava produtos de maior valor agregado e importava equipamentos e tecnologia. Laplane e Sarti (2002) apontam que o que aconteceu, então, não foi bem uma internacionalização, e sim uma desnacionalização ao passo que o Brasil vendeu muitas empresas nacionais para outros países, mas não correspondeu na aquisição de “ativos produtivos no exterior”. Então até que ponto os IEDs colaboraram no desenvolvimento brasileiro? Bom, a grosso modo, os IEDs serviram para impulsionar a economia, mas não para que o país alavancasse seu processo de industrialização.

Ao longo dos anos 2000, os principais setores receptores de investimentos ainda eram os de metalurgia e siderurgia, bem como o de mineração e outros relacionados à bens primários, como carvão, petróleo e gás natural. Alguns acontecimentos na década de 2010 levaram à oscilações da entrada de IEDs no Brasil, como os impactos da crise de 2008, a instabilidade política causada pelas eleições de 2014 e o golpe iniciado em 2015 e executado em 2016. Até 2014, os setores que mais receberam investimentos estrangeiros foram os ligados a bens primários para exportação, como minério, carvão, petróleo e gás. Além disso, a indústria automotiva e de telecomunicação também alocaram uma parte considerável dos IEDs. Nesse período, é possível notar a diminuição gradual dos IEDs originados pelos Estados Unidos, principalmente entre 2012 e 2015. Durante essa época, acredita-se que o Brasil tenha buscado descentralizar os EUA de suas relações econômicas, causando assim a queda citada acima. (LIMA E OLIVEIRA, 2015). A busca pela aproximação com outros países, principalmente do Sul global, acarretou o estreitamento de laços com a China que, a partir de 2009, se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. A seção abaixo analisa com maiores detalhes o progresso dessa parceria.

3. A PRESENÇA CHINESA NA ECONOMIA BRASILEIRA

As primeiras tentativas de criar vínculos comerciais entre Brasil e China ocorreram na década de 1970, influenciadas, de um certo modo, pela movimentação produzida pelos Estados Unidos a fim de restabelecer as relações rompidas com o país asiático, em razão da Revolução de 1949. Mas, para além disso, a busca dessa parceria se deu também por causa dos interesses econômicos brasileiros que emergiram naquela época. Entre os anos de 1971 e 1972, o empresariado brasileiro visitou a China para averiguar as condições dos mercados nacionais, em busca de uma possível expansão. (FUJITA, 2003) A China, por sua vez, apresentava necessidades semelhantes às brasileiras em alguns aspectos, como a inserção internacional, o constante apoio aos países do Sul Global e os posicionamentos em relação a tópicos envolvendo meio-ambiente, armas nucleares etc. (PINHEIRO, 1993).

Ao final dos anos 1970, as trocas comerciais sino-brasileiras já ganhavam forma: o Brasil negocia a exportação de produtos como açúcar, minério de ferro e produtos agrícolas enquanto a China oferecia a venda de petróleo e carvão, ainda que as exportações brasileiras fossem limitadas pelas estruturas pequenas dos portos chineses (VIZENTINI, 2004). Já na década de 1980, alguns passos ainda mais significativos foram dados, como a primeira visita de um presidente brasileiro (João Figueiredo) à China, a instalação dos consulados em Xangai e São Paulo, bem como o alinhamento à ideia de promover o desenvolvimento econômico dos

países emergentes, visto como um mecanismo de defesa da independência e soberania (CABRAL, 2000), além da assinatura de diversos acordos bilaterais e tratativas de cooperação política. Nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, o mundo delineou um novo momento de expansão do capitalismo internacional que levaram o Brasil a realizar ajustes domésticos para aprimorar seu projeto de inserção no sistema internacional, buscando, principalmente, países vistos como parceiros diplomáticos.

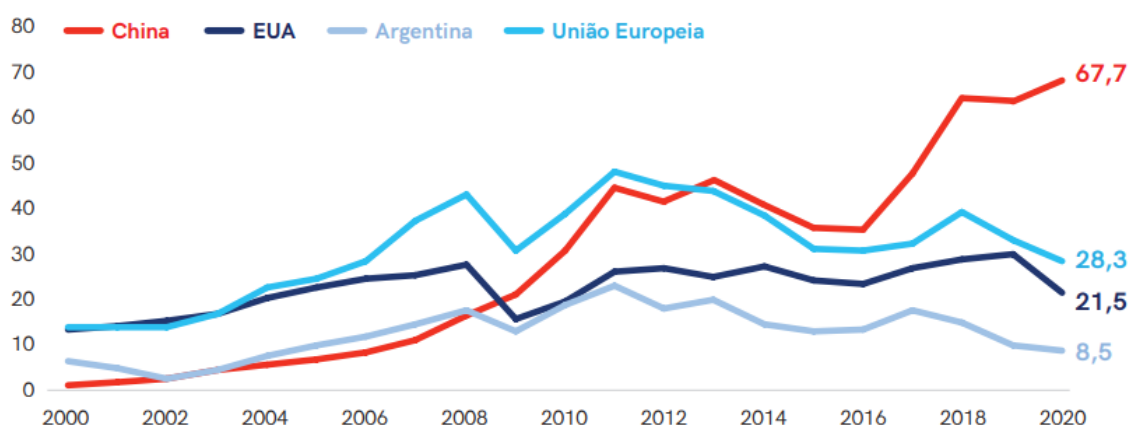
É nesse contexto que Shang (1999, apud PIRES, PAULINO E CUNHA, 2015), explicam que a China se tornou uma prioridade para a diplomacia brasileira, Durante toda a década de 1990, as visitas de chanceleres e presidentes dos dois países se tornaram mais frequentes, deixando claro que ambos os lados tinham sérios interesses em fazer dessa parceria estratégica um bom exemplo de cooperação Sul-Sul. Como é possível observar no gráfico abaixo, as exportações brasileiras para a China ainda não eram um montante significativo no volume geral. Um dos motivos pelos quais isso ocorreu é o fato de a China só se tornar membro da Organização Mundial do Comércio em meados de 2001. Um artigo escrito por Berkman, Dulcich (2013) explica que a entrada do país asiático fez com que ele modificasse sua estrutura tarifária para se adequar aos moldes estabelecidos pela OMC, gerando uma eliminação de barreiras não tarifárias, dentre outros pontos. Dessa forma, a China adota uma abertura econômica maior para importações e exportações.

Assim, a parceria econômica entre Brasil e China ganhou força e formato de fato a partir da década de 2000, quando a presença chinesa no mercado brasileiro se tornou maior. A demanda chinesa por commodities cresceu exponencialmente, gerando então uma alta nos preços. O Brasil, país que historicamente teve sua pauta de exportação guiada pelos produtos primários devido também à sua posição periférica, ganhou grande relevância na balança chinesa exportando produtos como minério de ferro, *commodities* agrícolas e produtos têxteis. Além disso, em 2004, o Brasil reconheceu a China como uma economia de mercado em uma visita do então presidente Lula ao país asiático (TORTORIELLO, 2004). Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil, passando à frente dos Estados Unidos e Argentina que, historicamente, desempenharam um grande papel na economia brasileira.

Os anos que sucederam a esse acontecimento foram marcados pelo crescimento exponencial da presença chinesa na economia brasileira. Como é possível observar no gráfico abaixo, o volume das trocas entre Brasil e China cresceu exponencialmente na década de 2010. Para se ter uma perspectiva mais concreta, em 2010, a participação chinesa nas exportações brasileiras era de 15% dos embarques, somando o valor de US\$30,7 bilhões, já em 2020, a parcela da China representava cerca de 32% das exportações, alcançando o

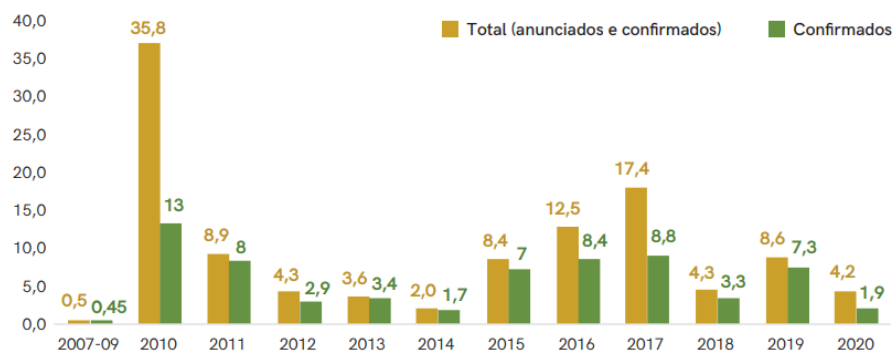
montante de US\$67,8 bilhões (IPEA, 2023; CARIELLO, 2021). Entretanto, o ponto preocupante é justamente a composição da pauta de exportação brasileira que vai rumo à China: os principais produtos dela são o minério de ferro, os óleos brutos de petróleo e a soja. Em 2020, cerca de 82% dessas exportações foram derivadas de *commodities* agrícolas e minérios, 75% do total foram representados por soja, minério de ferro e petróleo (CARIELLO, 2021). Isso mostra que a pauta de exportações brasileiras não apresentou nenhum avanço concreto quanto ao grau de complexidade dos produtos exportados e o valor agregado por bem.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA E PARCEIROS COMERCIAIS SELECIONADOS (US\$ BILHÕES)

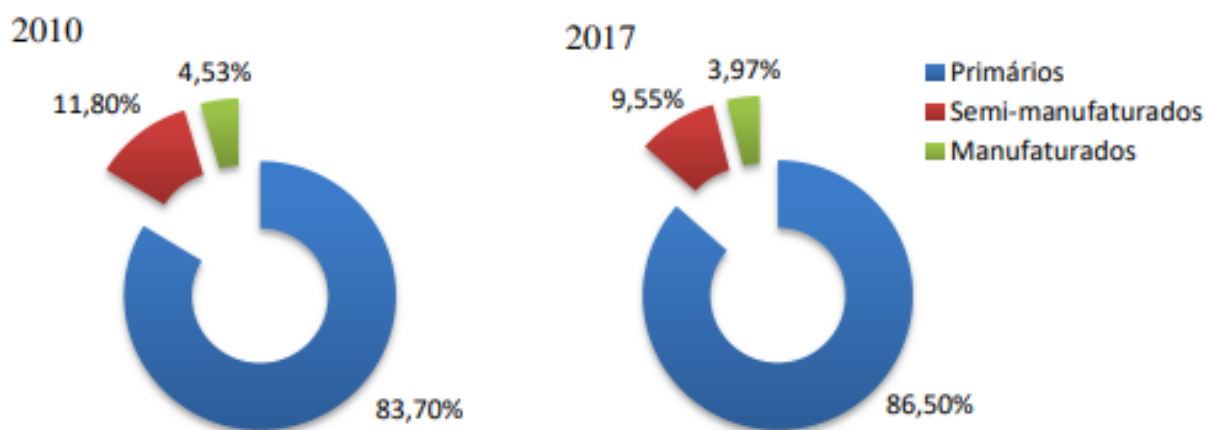


Extraído de: Cariello, 2021.

Com base nisso, Rosito (2020) acredita que a tendência futura é que esse quadro não se altere pelos próximos anos, justamente pela alta capacidade brasileira de suprir as demandas chinesas. Todas essas questões colocaram o Brasil como um potencial destino para receber investimentos de empresas chinesas, principalmente a partir de 2010, quando o fluxo de IEDs da China ganhou maior visibilidade no mercado brasileiro. Entre os anos de 2007 e 2020, 176 projetos chineses foram implementados no Brasil, acumulando mais de US\$65 bilhões em IEDs. Dessa forma, o Brasil representa cerca de 47% dos investimentos totais da China na América do Sul até o ano de 2020. Em 2010, o valor destinado ao Brasil atingiu o marco de US\$ 13 bilhões, a quantidade recebida em um único ano. Esse fluxo pode ser visto no gráfico desenvolvido por Cariello (2021).

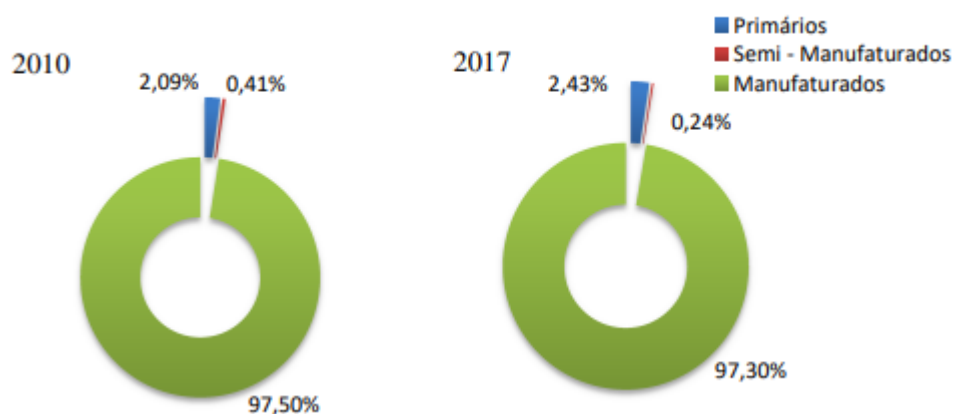


Um ponto preocupante na relação Brasil-China é a baixa diversificação dos bens exportados pelo Brasil, principalmente quando comparado a outros parceiros econômicos e regiões, como na América Latina. Para os países da região, o Brasil comercializa mais do que o dobro da variedade de produtos que manda para a China. Essa situação gera uma intensificação na especialização produtiva do Brasil em bens primários, piorando também a deterioração dos termos de troca, fazendo com que o país precise de muito mais exportações para suprir a importação de bens industriais. Para piorar a situação, as exportações da China para o Brasil se resumem praticamente a bens manufaturados em constante crescimento, como pode ser visto no comparativo abaixo:



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2018).

Extraído de: Moraes, Aguiar e Tauil (2018).



Extraído de: Moraes, Aguiar e Tauil (2018).

Outro ponto a ser destacado é a tendência atual apresentada pelo Brasil e China de se tornarem ainda mais cooperativos em setores que envolvem comércio, tecnologia e informação, economia, dentre outros. Em 2023, foram fechados 15 acordos entre os dois países que, em resumo, irão atuar para facilitar as trocas comerciais e diminuir eventuais barreiras, lançar e operar o satélite CBERS-6, fornecer notícias gratuitas entre uma empresa de comunicação de cada país, além de buscar maior cooperação em busca do combate à fome e à pobreza (SECOM, 2023).

Por fim, ainda em 2023, foram assinados acordos de caráter monetário com o intuito de incorporar e possibilitar que as trocas comerciais que envolvam Brasil e China possam ser feitas pelo câmbio direto entre a moeda brasileira e a moeda chinesa. De acordo com os dois países, a tendência é que as trocas fiquem mais baratas devido à redução de custos da retirada do dólar, bem como o aumento da liquidez da moeda chinesa no Brasil e a maior similaridade entre o sistema de pagamentos brasileiro e o chinês. Além disso, o Brasil não será o primeiro a dar esse passo para estreitar as relações com a potência asiática; Chile e Argentina já praticam esse molde de comercialização com a China. Especialistas acreditam que esse passo é bastante positivo para que o Brasil consiga atuar melhor no sistema monetário internacional e não dependa tanto das flutuações do dólar (NASSIF, 2023).

4. O BRASIL SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Para dar início às explicações sobre a Teoria da Dependência, é preciso voltar primeiro à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), comissão da ONU criada em 1948 para impulsionar o desenvolvimento da região no Pós-Guerra. Em sua linha de pensamento inicial, essa escola acreditava que o processo de crescimento econômico era o mesmo para qualquer país. Por isso, ela propunha que os países da América Latina – considerados

periféricos - vivessem a substituição de importações como etapa primordial à industrialização. Valverde e Mercedes, em sua obra intitulada *A teoria da dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal*, de 2016, apontam que, de acordo com a visão cepalina, cada país estava em uma certa etapa no processo de desenvolvimento, sendo que os industrializados já haviam feito a substituição de suas importações e, portanto, construído uma indústria nacional forte. Assim, essas nações foram capazes de adentrar mercados de outros países, com mercadorias de maior valor agregado que eram benéficas nos termos de troca. Porém, foi notado à época que o desenvolvimento não era algo linear e com uma fórmula igual para todos os países.

Então, segundo Valverde e Mercedes (2016), é nesse contexto que surgem as Teorias da Dependência: os pensadores dessas teorias se colocam contrários à ideia de que o modelo de desenvolvimento dos países do centro deveria ser seguido pelos países da periferia. As particularidades e diferenças entre os dois tipos de Estados deveriam ser levadas em consideração e, além disso, deveriam ser criadas estratégias diferentes para cada país de acordo com o seu histórico e dificuldades. Dessa linha de pensamento surgiram duas vertentes: a Teoria da Dependência weberiana e a Marxista. Do lado weberiano, tem-se pensadores como Fernando Henrique Cardoso, do lado marxista tem-se Ruy Marini e Theotônio dos Santos. Apesar de as duas correntes acreditarem que a América Latina depende dos países centrais para se desenvolver economicamente, a maneira com que cada uma enxerga as causas e os impactos dessa dependência é bastante diferente.

A abordagem utilizada aqui será a da vertente Marxista. De acordo com Duarte e Graciolli (2021), a vertente marxista da Teoria da Dependência aponta que as nações da América Latina possuem em si mesmas diferenças que impedem que o seu desenvolvimento siga os moldes dos que aconteceu nos países capitalistas do centro. Os países periféricos passam por um processo de subordinação econômica, no qual seus recursos naturais são explorados e até mesmo controlados pelas nações já desenvolvidas. A apontação feita pelos autores é a de que a inserção da América Latina no sistema internacional já acontece condicionada à sua subordinação, gerando uma relação desigual desde o início e fazendo com que, para dar certo, um dos países envolvidos já seja mais desenvolvido do que o outro.

A exemplo do Brasil, o país durante todo seu processo de industrialização, teve suas as pautas de exportações lideradas por bens primários, assumindo uma posição primário-exportadora e se aproximando da especialização nesse tipo de bem de baixo valor agregado. Então, enquanto um país primário-exportador, há a possibilidade de se ter um sistema industrial bem moldado? Há possibilidade de um sistema de industrialização? A

resposta de Celso Furtado, em sua obra “Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural” (2000) é: não é possível o surgimento de um sistema industrial em uma economia assim, pois não se tem as condições para que os excedentes gerados nas atividades exportadoras se transformassem em capitais industriais para levar a um processo de industrialização. Pode se ter, no entanto, um conjunto de unidades industriais ligadas à atividade exportadora. Ela estimula o surgimento de algumas atividades industriais, pois exige o surgimento de atividades complementares. A exportação do café, por exemplo, necessita da indústria de ensacamento do café.

Furtado (2000) também afirma que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelece uma relação entre países periféricos e centrais. Ela estabelece a especialização do trabalho entre o mundo todo, na qual há uma periferia produtora e ofertante de produtos primários e demandante de produtos de maior valor agregado, produtos industrializados. O centro oferta produtos industrializados e demanda produtos primários. Essa divisão não é meramente econômica, há uma certa subordinação da periferia em relação ao centro. Nesse sentido, Valverde e Mercedes (2016), pontuam que os países subordinados não conseguem efetivamente acumular capital por causa da mais-valia imposta pelo mercado nacional. Isso quer dizer que o excedente das exportações acumulado por um país primário-exportador é utilizado quase em seu total para esse mesmo país importar bens com maior valor agregado e grau de tecnologia. Nesse mesmo sentido, há autores que pontuam que a divisão internacional do trabalho acaba gerando uma relação de superexploração do trabalho entre os próprios países da periferia. A partir do que Marini chama de subcentros - países periféricos que ao avançar no processo de industrialização vão destravar, em relação a outros países dependentes latinoamericanos que não se industrializaram, relações muito parecidas e muito similares às imperialistas através de uma atuação que redobra a sua presença sobre os países menos favorecidos. Diferentemente do que acreditava a CEPAL, a deterioração dos termos de troca não acontece apenas em negócios envolvendo países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Os países do centro, em busca de expandir ainda mais seus domínio, através das investidas imperialistas, passaram a transferir, de certa forma, algumas de suas etapas produtivas com menor grau de tecnologia para os países dependentes periféricos, levando à inevitável expansão industrial para os países dependentes em busca de lucro, como no caso de indústrias siderúrgicas, colocando países como o Brasil em uma posição subimperialista em prol dos Estados Unidos perante a região da América Latina. O país, então, passou a ser um elo entre o centro estadunidense e a periferia latino-americana. Todavia, a adoção desse papel pelo Brasil não indicava em nenhum nível que a dependência existente estava prestes a ser

superada, pelo contrário. A partir da definição de dependência apresentada por Theotônio dos Santos (1970), entende-se que ela se dá em um ambiente no qual o desenvolvimento econômico de um país é diretamente afetado pelo desenvolvimento econômico de um ou mais países. O país dependente não possui condições para se desenvolver sem auxílio de forças externas, gerando então uma relação de dependência que tende a se aprofundar e a permanecer.

Trata-se de uma ideia de subordinação que implica que o desenvolvimento dos países da periferia está submetido (ou limitados, segundo a corrente weberiana da dependência) pelo desenvolvimento nos países do centro e essa condição de dependência é criada pela inserção dos países no capitalismo mundial, dada pelo imperialismo. Nota-se aqui um marco diferencial da percepção de desenvolvimento da CEPAL, que entendia o desenvolvimento e suas etapas a partir do grau de industrialização dos países. Para a teoria da dependência, o que determina a condição do país enquanto dependente é o seu histórico de imperialismo e a sua posição enquanto imperialista ou não.

Com base nisso, Luce (2007) coloca que a posição subimperialista brasileira tinha como objetivo principal a conservação dos interesses imperialistas dos Estados Unidos na região através de um aliado, em uma espécie de cooperação antagônica. Ou seja, tinha-se uma potência média que buscava exercer influência regional sem se contrapor totalmente aos interesses imperialistas dos EUA na região. Sob a perspectiva dos anos 2000, o autor entende a condição brasileira no governo Lula (2003-2007) nas relações latinoamericanas como subimperialista, em que em determinados momentos há um choque de interesses brasileiros e estadunidenses, sem se questionar a hegemonia do “irmão do norte”. Além disso, Valverde e Mercedes (2016 apud CARCANHOLO E SALUDJIAN, 2012) indicam que o Brasil assume importante papel no capitalismo transnacional atuando como subimperialista na América Latina, o que favoreceu uma heterogeneidade das economias sul americanas, aprofundando a dependência e o subimperialismo no local.

A questão da divisão do trabalho também se encaixa no contexto subimperialista, pois, segundo Ruy Mauro Marini (2017, pág. 65), há uma divisão na própria América Latina:

se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que se desenvolveram ou estão em condições de se desenvolver, negando aos demais o acesso a ditos processos de produção para torná-los simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas

associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar.

O que Marini quis dizer é que o subimperialismo está atrelado à uma questão mais complexa: uma DIT regional aumenta a oferta de bens industrializados produzidos através de tecnologias com custos amortizados, mas em contrapartida devido a fatores como a superexploração da força de trabalho, essa oferta não consegue ser absolvida. Nesse contexto, através da integração regional, o Brasil seria interligado aos seus principais mercados consumidores para conseguir escoar a sua mercadoria.

Pela ótica do Brasil como importante país na América Latina, os investimentos brasileiros no exterior eram divididos de forma estrutural entre o capital estatal e privado. O setor privado focava em bens não duráveis e intermediários, enquanto o setor estatal era responsável por fornecer infraestrutura, como energia, transporte e bens intermediários básicos provenientes do setor siderúrgico. Embora a participação da América Latina nos fluxos de investimento externo fosse baixa na década de 1970, ainda era representativa em comparação com outros países periféricos, sendo responsável por 41% dos investimentos, em contraposição aos 20% provenientes da Ásia. O Brasil, a Colômbia e a Argentina, juntamente com a Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan, lideraram os fluxos de IED dos países periféricos durante as décadas de 1960 e 1970. (SANTOS; SPOSITO, 2012).

Durante os anos 80, a região testemunhou um significativo aumento no volume de investimentos, motivado pela intensificação da política de substituição de importações, principalmente no Brasil, fazendo com que a região passasse a responder por mais de 1,2% dos investimentos estrangeiros diretos mundiais. No entanto, a abertura comercial precoce expôs a dinâmica econômica brasileira à competitividade para a qual a indústria não estava preparada, resultando na diminuição da participação brasileira entre os investidores latino-americanos nas décadas de 70 e 80, caindo de 60,3% para 20,2%. (SANTOS; SPOSITO, 2012). Na década de 90, houve um aumento de 4,5 vezes no fluxo global de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), com a América Latina quase dobrando sua importância percentual, passando de 1,2% para 2,3% do total mundial. Embora o Brasil tenha experimentado um bom crescimento em seu fluxo de IEDs - 4,1 vezes, próximo à média mundial - não alcançou o mesmo nível que outros países latino-americanos. Sua participação percentual nos investimentos latino-americanos diminuiu de 20,2% para apenas 9,4%. Nos anos 2000, grandes empresas brasileiras realizaram processos de fusão e aquisição que

impulsionaram a posição do Brasil como investidor internacional, incluindo a fusão da Interbrew e Ambev e a aquisição da Inco pela Vale, gerando uma ligeira recuperação. (SANTOS; SPOSITO, 2012).

A partir do meio da década, os investimentos no exterior através das 20 principais multinacionais brasileiras já somavam US\$56 bilhões, principalmente devido à aquisição da empresa Inco, mineradora canadense, pela Vale, mudando a posição do Brasil de receptor para investidor. O aumento do número de multinacionais brasileiras se deu principalmente nos ramos de exploração de recursos naturais, como mineração, petróleo e gás, celulose e papel etc, com localização na América do Sul (CYRYNO; ALMEIDA, 2007). A presença brasileira em países da região, nos anos 2000, era mais forte na Argentina, Bolívia e Paraguai. A forte presença de IEDs brasileiras na América Latina pode ser entendida como uma forma de fazer com que o Brasil se torne líder e referência regional (GARCIA, 2011). Segundo dados do Banco Central, os investimentos brasileiros na América Latina ultrapassaram os US\$400 bilhões entre 2003 e 2018. A maior parte desses investimentos foi direcionada para países como Argentina, Chile, México, Peru, Colômbia e Venezuela, que são os principais destinos dos investimentos brasileiros na região. O setor de energia tem sido um dos principais alvos dos investimentos brasileiros na América Latina, com destaque para o setor de petróleo e gás. O Brasil investiu cerca de US\$21 bilhões no setor de petróleo e gás na Argentina, em parceria com a empresa estatal argentina YPF, além de ter feito investimentos em refinarias e distribuidoras de combustíveis naquele país.

Em geral, a burguesia brasileira, através de investimentos e multinacionais, conseguem reproduzir seus interesses em outros países da América Latina, como no caso do Paraguai e Bolívia. Em 2010, cerca de 18,4% dos produtos manufaturados brasileiros foram exportados para a América do Sul, essa porcentagem equivale a quase 85% do volume total de bens exportados para a região (COUTO, 2013). Ou seja, a pauta de exportações para a região era composta por produtos de maior valor agregado do que a pauta para grandes parceiros como a China, por exemplo. Isso mostra que o Brasil se especializou em exportar produtos com maiores graus de tecnologia para a América do Sul enquanto importa da região produtos mais primários e que se baseiam em recursos naturais, assim como informado por Marini ao mencionar a divisão de trabalho internacional aplicada na região pelo subimperialismo.

De uma certa forma, o Brasil gerou também assimetrias durante o processo de internacionalização de suas multinacionais. A exemplo da Bolívia, a presença da Petrobrás e de seus investimentos não produziu os frutos esperados aos bolivianos, uma vez que o capital

excedente da empresa era utilizado para consolidar seus próprios interesses e não em prol da população local. Do mesmo modo, Argentina, Peru e Uruguai também foram alvos de políticas das multinacionais brasileiras que priorizavam os excedentes e não as demandas domésticas de onde estavam (LUCE, 2014). Além disso, durante os governos Lula, o foco em se tornar referência para a região proporcionou uma política externa orientada ao prestígio e destaque internacional, fato que pode ser observado a partir da busca pelo assento fixo no Conselho de Segurança da ONU e pelo interesse em ser referência regional, reforçando mais uma vez a presença de elementos subimperialistas através da busca pela integração da infraestrutura da região e da pré-resolução de possíveis adversidades às pretensões brasileiras (LUCE, 2014).

5. AFINAL, É POSSÍVEL SUPERAR A DEPENDÊNCIA?

Considerando as informações apresentadas ao longo do trabalho e sob a luz da Teoria Marxista da Dependência, acredita-se que a superação desse *status* por parte do Brasil não pode ser vislumbrada sem uma transição radical, na qual haja a redistribuição de renda e uma reestruturação da economia do país. Dito isto, uma vez que a Teoria Marxista da Dependência foi base importante para o diagnóstico, mas que as mudanças necessárias são conhecidas e inalcançáveis no momento, serão apresentadas algumas formas de reduzir em certa instância essa dependência. A dependência não será algo a ser resolvido em curto prazo, principalmente se o país seguir sem uma definição clara de estratégias para lidar com este fato. Como já mencionado em seções anteriores, atualmente o Brasil tem sua pauta exportadora majoritariamente guiada por *commodities* agrícolas, soja, minério de ferro e outros produtos de baixo valor agregado. Porém, um ponto muito importante para o futuro do país é que a China vem desenvolvendo, ao longo dos anos, suas bases produtivas agrícolas para que não só tenha condições de suprir sua própria demanda, como também ganhe espaço no ambiente de exportação com esses produtos. Ou seja, a partir do momento em que se tornar autossuficiente neste ramo, a pauta brasileira de exportações para esse país será drasticamente afetada.

Até os dias de hoje, os fluxos de IEDs recebidos pelo país são bem maiores do que os enviados por ele, traço muito visível em relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. É criado um círculo vicioso no qual as nações centrais e subcentrais investem nas periferias e acumulam capital, aumentando ainda mais sua posição imperialista. Nesse sentido, o Brasil enquanto investidor estrangeiro não apresenta um alto grau de importância perante as movimentações financeiras total do país, além de focar seus investimentos em setores mais tradicionais, como os de produção de bens que se baseiam em

recursos naturais e até mesmo paraísos fiscais. Ou seja, ainda que tenha relevância internacional em diversos aspectos, o Brasil mantém sua posição de periferia já que não possui controle sobre setores que geram maiores vantagens competitivas no âmbito internacional, como os de alta tecnologia.

Além disso, a concentração de produção de bens de baixo valor agregado através de uma especialização produtiva ainda mais recorrente corrobora para toda essa situação. Não é possível esperar que o Brasil exporte tecnologia se ele não tem condições de produzi-la de forma competitiva. O comodismo gerado pela facilidade de escoar seus *commodities* no âmbito internacional é extremamente preocupante, pois, para que um dia o país saia dessa situação ele vai precisar investir pesado em Pesquisa e Desenvolvimento, a fim de produzir políticas de inovação intensas e aplicáveis, de modo a melhorar e valorizar toda a estrutura produtiva. A produção de conhecimentos específicos e pensadores de temas como as relações com os principais parceiros do Brasil, caminhos para uma reindustrialização e etc também precisa ser estimulado.

Ainda que estabelecer relações com o Sul global seja de interesse para o Brasil, a falta de cautela e a ingenuidade podem ser bastante danosas ao país. No caso da China, por exemplo, na busca de sair dos moldes clássicos da dependência, o país se associou sem barreira alguma com a potência asiática. Porém, por mais que seja de fato uma jogada estratégica, ela se perde a partir do momento em que a relação sino-brasileira começa a reproduzir sob outras circunstâncias a dependência brasileira. A China não é considerada ainda como uma nação do centro, mas sim como uma do subcentro. Por isso, a situação se torna mais complexa de entender. A codependência, nesse contexto, se refere a uma nação que é dependente de outra nação dependente e passa a viver uma relação um tanto quanto disfuncional. Assim, as características dessa relação são, em geral, o atraso tecnológico, bem como a deterioração dos termos de troca e uma superexploração do trabalho (MORAES, AGUIAR E TAUIL, 2018).

No artigo de Moraes, Aguiar e Tauil (2018), eles evidenciam todas as características para a codependência entre Brasil e China, mostrando que a hora de trabalho no setor industrial da China valia US\$1 dólar a mais do que no Brasil de 2016. Os autores também explicam que em uma situação de co-dependência, os danos são ainda maiores do que nas entre periferia e centro. O país co-dependente basicamente não busca e nem consegue desenvolver projetos nacionais para seguir e crescer, tendendo a seguir os passos de um país do subcentro, tão dependente de grandes nações quanto ele. Nota-se então o avançar de uma

reprimarização da economia brasileira, que vai de encontro com o crescimento exponencial da China.

O caminho possível para que o Brasil possa sair dessa relação desvantajosa com a China é investir no seu processo de reindustrialização. Elias Jabbour apontou durante participação no Podcast Canal IE (2023) que o Brasil de hoje não tem uma agenda própria para colocar em prática um projeto de reindustrialização, ou até mesmo para pensar tal projeto. Essa afirmação entra em concordância com a postura de co-dependência mencionada. Portanto, é interessante que o Brasil se utilize das tendências apresentadas pela China para se aproveitar do que puder no processo de reconstruir sua indústria nacional. Sob essa visão, a China apresenta traços de que irá se tornar exportadora de bens públicos que poderão ajudar o Estado brasileiro a reconstruir sua estrutura interna. Mas, esse processo de importação de infraestruturas chinesas deve ser condicionado à entrega por parte do país asiático das tecnologias necessárias para colocar em prática os empreendimentos importados, como a mecânica pesada, as indústrias e a engenharia.

Ainda de acordo com Jabbour, o Brasil precisa alcançar o grau de ativo estratégico em cinco produtos brasileiros, sendo eles: petróleo, gás natural, soja, ferro e até mesmo a Amazônia. Dessa forma, é preciso incentivar o desenvolvimento de novos setores e atividades, a fim de aumentar a participação da indústria tanto no PIB quanto nas exportações através de bens manufaturados. De 1990 para 2014, a porcentagem de manufaturas no total das exportações brasileiras caiu de 62% para 35%, o que mais uma vez comprova a primarização das exportações do país. Em geral, o que se faz necessário, de acordo também com Luiz Carlos Bresser-Pereira (2015, p.5), é uma “sofisticação produtiva” para integrar serviços mais tecnológicos, assim como foi feito por Barack Obama enquanto presidente dos EUA:

O aumento da produtividade ou o desenvolvimento econômico são essencialmente processos de acumulação de capital por meio dos quais se promove a transferência da mão de obra de setores de baixo valor adicionado per capita para setores de alto valor adicionado per capita, que são sofisticados tecnologicamente e pagam melhores salários.

A realidade brasileira tem sido contrária ao caminho de reindustrialização e sofisticação. Os setores menos tecnológicos são os que mais recebem mão de obra, além de não se ter foco nos âmbitos de desenvolvimento de tecnologia, educação e ciência. Cabe ressaltar também os impactos da chamada “doença holandesa”. Esse fenômeno diz respeito à

sobrevalorização constante da taxa de câmbio de um país por causa de sua abundância de recursos naturais a preços baixos, garantindo a ele vantagens econômicas agrícolas em suas exportações de *commodities*. Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (s.d) explicam ainda que:

Essa sobreapreciação decorre do fato que sua exportação dessas *commodities* é compatível com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivas empresas de outros setores de bens comercializáveis mesmo que elas utilizem tecnologia no estado da arte mundial. Os recursos naturais podem ser considerados “baratos” e geram rendas ricardianas para o país, porque seus custos de produção são menores do que os que são incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos nesse mercado mundial.

Para lidar com a doença holandesa, o caminho é administrar a taxa de câmbio para neutralizá-la, a fim de evitar que o país seja afetado pela desindustrialização, o que também já é realidade na visão de alguns autores. A doença holandesa afeta o desenvolvimento de setores ainda que eles tenham acesso às melhores tecnologias. Uma vez que esse problema é originado pelos *commodities* e as vantagens advindas deles através das rendas ricardianas, a tendência é apenas piorar o cenário brasileiro caso o país continue tendo sua pauta exportadora guiada por esse tipo de bem.

Vale reforçar também a necessidade de utilizar os IEDs para o desenvolvimento do país para que as multinacionais que entrem no país comecem a atuar também para o atingimento dos objetivos nacionais. A transferência de tecnologia através de investimentos estrangeiros diretos provoca por si só o crescimento do país receptor, seja através das interações entre a empresa matriz estrangeira e suas filiais que recebem os IEDS ou a partir do relacionamento dessas filiais receptoras de investimentos com demais empresas nacionais, como fornecedoras. Ainda assim, para que esse tipo de transferência promova bons efeitos, as empresas que irão incorporar as tecnologias precisam ter aptidão tecnológica, ou seja, conhecimentos e competências necessárias para lidar, utilizar e até adaptar as tecnologias para sua realidade, além de deter o mínimo necessário de propriedade sobre o assunto para que elas consigam não só aprender com o processo como também conseguir barganhar para seu próprio benefício (CHIARINI, 2016).

O ponto importante sobre a transferência para o Brasil é que a aptidão mencionada depende de boas estruturas educacionais do país, investimentos em pesquisa, desenvolvimento, conhecimento científico e técnico. De modo geral, é preciso criar condições para incorporar essas melhorias. Ainda que não seja garantido os resultados de uma

transferência tecnológica, a implementação e operação correta delas gera ganhos como o aprendizado através da execução e até mesmo o transbordamento causado pela importação de máquinas e equipamentos e pelos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento em solo nacional realizados pelo país de origem da empresa. É preciso saber usar os recursos disponíveis ao seu favor para que o Brasil possa agregar mais valor às suas exportações. Além disso, as estreitas relações com a China permitem que sejam estabelecidos acordos cooperativos para aumentar a diversificação das exportações e, com o tempo, diminuir a concentração de *commodities* na pauta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado ao longo do artigo, a dependência econômica do Brasil tem um caráter quase crônico que afeta diversos aspectos do desenvolvimento do país, como a pauta de exportações e até mesmo o modo de se relacionar com outras nações. A crescente presença chinesa no comércio exterior do país e como investidor, acentuou ainda mais a posição periférica brasileira. Há estudos desenvolvidos que apontam que o Brasil está passando por uma desindustrialização, porém o assunto continua sem conclusões uma vez que há também estudos dizendo que é imaturo afirmar isso. Os caminhos para lidar com a dependência são longos e complexos de serem instaurados e até pensados. Portanto, é preciso que o país coloque como um de seus objetivos repensar os moldes da parceria com a China e a forma de lidar com ela para não aprofundar sua co-dependência e extrair os melhores resultados possíveis, como a modernização do setor industrial que ajudará na superação de algumas barreiras produtivas periféricas do Brasil que o condiciona a se especializar tanto na produção quanto na exportação de *commodities*.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEKERMAN, M.; DULCICH, F.; MONCAUT, N. Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina. **Rev. Tempo do Mundo**, vol. 5, nº 1, pág 5-43, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reindustrialização como projeto nacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**. out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N.; OREIRO, J. L. **Doença holandesa**. [s.d].

Disponível em:

<<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60142511/Cap.5-DutchDisease20190728-7639-13nub8d-libre.pdf?1564366366=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDoenca%20holandesa.pdf&Expires=1685475750&Signature=Wm98nnn0VZ6eHr6I36wW1kWafU9SuFKleFRljc9AOGSLrOobDRqyv3JU97WpOvFTQr8WmVdBortclzqz63RGRw~zPYhJJRsFzvWBTqAs0YphU-6OdPeMevvzFFjFLlupjBhmZYvdkUeq1M8ptKQ2~-DF2Gfk0SNNZorPdzdbTZDjgh1e60CHedqcvsp19HKygCpjL9QoS0XKQt~gtKwa-SDzy6Xpn579z7YJFiKd2dg68Knmgr2KulA3KVEIWdQfvboUC9YZdd5Cwa8JBmVsGvoiYtMVX~ZZr0IIWhuBQU~DLUEzULATKtHlHpZf-zFerr05syW45zR2OL4kfH4ILfw &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>>.

CABRAL, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 66, nº 1, 2023, p. 25-42. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/MZrJbNb8CTv5mFM3HsFKScC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CANAL IE: Relação Brasil e China e Impactos sobre o Desenvolvimento Brasileiro. [Locução de]: Eduardo Costa Pinto, Ronaldo Bicalho e Elias Jabbour. [S.I]: UFRJ, 17 de mai. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/76ZILIBbhV1GXIXbSdeTUd?si=75f026b2afc740e6>>.

CARIELLO, Tulio. Investimentos Chineses no Brasil Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). **CEBC**. 2021. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>>.

CANO, Wilson. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

CHIARINI, Tulio. A inércia estrutural da base produtiva brasileira: o IDE e a transferência internacional de tecnologia. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 02 (143), p. 286-308 abr./jun. de 2016.

COUTO, Leandro. Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico. Em: LESSA, Antônio Carlos; ALTEMANI, Henrique (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013

CYRINO, Álvaro B.; ALMEIDA, A. Ranking transnacionais brasileiras 2007: a decolagem das multinacionais brasileiras. 2007. **Fundação Dom Cabral**. 2007. Disponível em: <https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa%202007/Press%20Release%20-%20Ranking%20das%20Transnacionais%20Brasileiras%202007%20_Vers%C3%A3o%20em%20Portugu%C3%AAs_.pdf>

DUARTE, Pedro H. E.; GRACIOLLI, Edilson J.. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. 2021.

FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar. *Política Externa*, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 59-61, 20 mai. 2003.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435207/mod_resource/content/2/FURTADO%20Celso%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Desenvolvimento%20Enfoque%20hist%C3%B3rico%20estrutural.pdf>.

GARCIA, Ana S. **Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização das empresas brasileiras e a atuação internacional no governo Lula**. In: 3º TERCEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings Online... Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100015&lng=en&nrm=abn>.

IPEA. **As relações bilaterais Brasil - China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6889>>. Acesso em: 30 out. 2021.

IPEA. Estudos analisam a evolução do comércio entre a China e os países da América Latina e Caribe. 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13504-estudos-analisam-a-evolucao-do-comercio-entre-a-china-e-os-paises-da-america-latina-e-caribe#:~:text=Os%20brasileiros%20enviaram%20aos%20chineses,petr%C3%B3leo%20ou%20de%20minerai s%20betuminosos>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira: Política Econômica, Investimentos Diretos Estrangeiros e Comércio Exterior na década de 1990**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. **O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

LUCE, Mathias Seibel. **O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnósticos e alternativas**. In: XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões Mundiais* 10 (18): 46-65, 2014.

MARINI, Ruy M. 1966. **La interdependencia brasileña y la integración imperialista**. Monthly Review en Castellano, Buenos Aires.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis – SC. Editora Insular. 2017.

MORAES, I. A. de; AGUIAR, M. H. P. de; TAUIL, C. E. Relações Brasil-China: Uma parceria para desenvolvimento ou uma relação de codependência? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 2, n. 40, p. 402-432, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i40.5657>.

NASSIF, Tamara. Brasil e China assinam acordos para viabilizar transação direta entre real-yuan; entenda. **CNN Brasil**. 2023. Disponível em:

NEGRI, Fernanda de; ALVARENGA, Gustavo V. A Primarização da Pauta de Exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar**, n. 13, IPEA, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O Brasil e os fluxos de investimentos diretos: de receptor a investidor emergente**. In: O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 199-275.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.12, 1993, p. 247-270. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1965/1104>>. Acesso em 11 nov. 2022.

PIRES, M. C.; PAULINO, A. L.; CUNHA, A. T. da. **Brasil, China e a cooperação Sul-Sul**. In: JÚNIOR, Ramanzini Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. (Orgs). In: Política Externa Brasileira, cooperação Sul-Sul e negociações internacionais. 1º ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 139-178.

ROSITO, Tatiana. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China, out.2020. Disponível em:

SANTOS, Theotônio. The structure of dependence. **The American Economic Review**, V. 60, n. 2, pp. 231-236, mai. 1970.

SECOM. Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria. **Gov.br**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SILVA, L. C. F. da. **O Investimento Estrangeiro Direto na Economia Brasileira nos anos 90: expectativas, resultados e diretrizes para a política pública.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

TORTORIELLO, Alexandre Mata. Brasil aceita China como economia de mercado. **BBC Brasil**. 2004. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112_jintao>.

VALVERDE, A. L. L.; MERCEDES, S. S. P.. **A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal.** *In*: Anais do II SIMPÓSIO PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA. 2016.